



EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, FORTALECIMENTO DA INTEGRALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO EM SAÚDE NO SUS

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar a Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia para a qualificação profissional, o fortalecimento da integralidade e a melhoria contínua da qualidade da atenção no Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada a partir da análise de artigos científicos e documentos técnicos que abordam a implementação e os impactos da EPS nos serviços de saúde. A seleção considerou publicações recentes, priorizando evidências relacionadas à transformação das práticas assistenciais e de gestão. Os resultados demonstraram que a EPS contribui de forma significativa para o desenvolvimento de competências profissionais alinhadas às demandas locais, promovendo a articulação entre teoria e prática, o uso de metodologias ativas e a gestão participativa. Evidenciou-se que essa estratégia fortalece a resolutividade, a humanização do cuidado e a integração entre os diferentes níveis de atenção, impactando positivamente nos indicadores de saúde. Conclui-se que a EPS é essencial para o aprimoramento contínuo do SUS, representando uma ferramenta efetiva para qualificar processos de trabalho, ampliar a capacidade de resposta dos serviços e valorizar os profissionais de saúde. Recomenda-se a ampliação de pesquisas e a adoção de políticas que garantam sua implementação de forma equitativa e sustentável.

Ryvane Chrystine Lopes de Barros

Pós-graduada em Urgência e Emergência pela Faveni
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8484-4523>

Dalila Cassunde de Oliveira

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário
Estácio de Sá

Dália Passos Sousa

Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado
de Mato Grosso

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3285-174X>

Cíntia Rayane da Silva Santos

Graduada em Farmácia pela Faculdade Escrivor Osman
da Costa Lins

Orcid: <https://orcid.org/000.0002-84650531>

Andres Santiago Quizhpi Lopez

Cirurgião e Traumatologista Bucal Maxilofacial pela
Universidad Católica de Cuenca sede Azogues

Orcid: 0000-0002-6089-0389

Gheysa Chisper Cunha Resende

Enfermeira Especialista em Saúde da família pelo Centro
Universitário São Camilo Governador Valadares

Alexandre Maslinkiewicz

Especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no
Enfrentamento da COVID-19 e outras Doenças pela
Universidade Federal do Piauí

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9722-8383>

Marli Fátima dos Passos

Pós-graduada em Urgência, emergência e Terapia
Intensiva.pela Univali

Karina da Silva Vale Yagi

Mestra pela CRER

Orcid: 0009-0004-3350-2936

Iracelle Carvalho Abreu

Palavras-Chave: Educação Continuada; Educação Interprofissional; Educação em Saúde Pública; Gestão em Saúde; Sistema Único de Saúde.



CONTINUING EDUCATION IN HEALTH AS A STRATEGY FOR PROFESSIONAL QUALIFICATION, STRENGTHENING COMPREHENSIVENESS AND CONTINUOUS IMPROVEMENT OF THE QUALITY OF HEALTH CARE IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

Abstract: This study aimed to analyze Continuing Health Education (PHE) as a strategy for professional development, strengthening comprehensiveness, and continuously improving the quality of care in the Unified Health System (SUS). This is a narrative literature review based on the analysis of scientific articles and technical documents addressing the implementation and impacts of PHE on health services. The selection considered recent publications, prioritizing evidence related to the transformation of care and management practices. The results demonstrated that PHE contributes significantly to the development of professional competencies aligned with local demands, promoting the connection between theory and practice, the use of active methodologies, and participatory management. It was evident that this strategy strengthens problem-solving capacity, the humanization of care, and the integration between different levels of care, positively impacting health indicators. The conclusion is that PHE is essential for the continuous improvement of the SUS, representing an effective tool for qualifying work processes, expanding the responsiveness of services, and valuing health professionals. It is recommended that research be expanded and policies be adopted to ensure its implementation in an equitable and sustainable manner..

Keywords: Continuing Education; Interprofessional Education; Public Health Education; Health Management; Unified Health System.



INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é reconhecida como uma estratégia estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), voltada para promover o desenvolvimento contínuo das competências profissionais a partir do próprio cotidiano de trabalho. Diferente da educação continuada, que prioriza atualizações pontuais, a EPS articula teoria e prática, possibilitando a reflexão crítica e a transformação das rotinas assistenciais, com foco na melhoria da qualidade da atenção e no fortalecimento do cuidado integral. Essa abordagem valoriza as experiências e saberes locais, considerando as especificidades de cada território para responder às demandas reais dos serviços de saúde (Lopes *et al.*, 2025).

No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a principal porta de entrada do SUS, a EPS assume papel central na qualificação das equipes e na ampliação da resolutividade. Ao promover a integração entre diferentes áreas profissionais, favorece a interdisciplinaridade, estimula a corresponsabilidade e contribui para a construção de vínculos sólidos com a comunidade. Essa estratégia se destaca por responder de forma articulada aos problemas de saúde identificados no território, fortalecendo a integralidade e a equidade no acesso aos serviços (Santos; Cavalcante; Amaral, 2020).

A criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), por meio da Portaria GM/MS nº 198/2004 e reformulada pela Portaria nº 1.996/2007, consolidou a EPS como diretriz do SUS, orientando a articulação entre ensino, serviço, gestão e controle social. Essa política estabelece que a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores de saúde devem estar baseados nas necessidades concretas da população, promovendo a descentralização e a equidade. Ao considerar a realidade local e a diversidade regional, a PNEPS busca superar desigualdades e fortalecer a organização dos serviços (Brasil, 2004; Leite; Macedo; Melo, 2024).

Apesar de sua relevância, ainda há confusão conceitual entre EPS e educação continuada, o que leva à adoção de práticas formativas desarticuladas das necessidades reais de trabalho. Enquanto a educação continuada tende a seguir um modelo vertical e transmissivo, a EPS se fundamenta na problematização da prática e na construção coletiva de soluções. Essa



incompreensão reduz seu potencial de impacto e dificulta a efetiva transformação das práticas e da gestão dos serviços (Ferreira *et al.*, 2019).

Metodologias ativas como rodas de conversa, oficinas e treinamentos baseados em casos concretos têm se mostrado eficazes na implementação da EPS, estimulando a participação, a autonomia e a reflexão crítica dos profissionais. Essas estratégias fortalecem a capacidade de resposta das equipes, ampliam a criatividade na resolução de problemas e promovem um ambiente colaborativo de aprendizagem, que vai além da simples atualização técnica (Lopes *et al.*, 2025).

Entretanto, a implementação da EPS enfrenta barreiras significativas, como a escassez de recursos financeiros, a sobrecarga de trabalho, a alta rotatividade de profissionais e a resistência cultural às mudanças. Esses desafios comprometem a continuidade das ações formativas e demandam políticas públicas robustas e estratégias inovadoras para garantir a efetividade do processo de educação no trabalho (Leite; Macedo; Melo, 2024).

A integralidade da atenção à saúde, princípio estruturante do SUS, depende diretamente da qualificação permanente das equipes para lidar com demandas complexas e dinâmicas. A EPS contribui não apenas para a atualização de conhecimentos técnicos, mas também para o desenvolvimento de competências éticas, comunicacionais e relacionais, indispensáveis para um cuidado centrado no usuário e na comunidade (Mariana *et al.*, 2023).

Além do aspecto técnico, a EPS promove a valorização do diálogo e do trabalho em equipe, reforçando a gestão participativa e a construção compartilhada de soluções. Esse enfoque estimula o sentimento de pertencimento dos profissionais, aumenta o engajamento e fortalece a coesão entre trabalhadores, gestores e usuários (Santos; Cavalcante; Amaral, 2020).

A utilização de tecnologias digitais e plataformas interativas tem potencial para ampliar o alcance da EPS, especialmente em áreas de difícil acesso. Essas ferramentas possibilitam maior flexibilidade e democratização da informação, mas não substituem a importância dos encontros presenciais, que favorecem a troca de experiências e a construção coletiva de saberes (Leite; Macedo; Melo, 2024).

A abordagem multiprofissional na EPS é fundamental, pois integra diferentes saberes e práticas, enriquecendo a análise e a intervenção sobre problemas complexos. Essa interação fortalece a capacidade de resposta da APS, promove a integralidade e amplia a resolutividade dos serviços de saúde (Mendes *et al.*, 2021).



O conceito do “quadrilátero da formação”, que articula ensino, serviço, gestão e controle social, reforça a necessidade de alinhamento das ações formativas às demandas reais do sistema e da população. Essa integração fortalece as políticas públicas e garante que as capacitações produzam resultados efetivos na organização do cuidado (Silva; Santos, 2021).

A EPS também se destaca por transformar desafios cotidianos em oportunidades de inovação, estimulando o protagonismo e a criatividade dos profissionais. Ao adotar a problematização da realidade como método, incentiva soluções contextualizadas e sustentáveis, alinhadas às necessidades de saúde e aos princípios do SUS (Lopes *et al.*, 2025).

Justifica-se este estudo pela necessidade de fortalecer a EPS como eixo estruturante para a qualificação profissional, a efetivação da integralidade e a melhoria contínua da qualidade dos serviços no SUS e tem como objetivo analisar a Educação Permanente em Saúde como estratégia para qualificação profissional, fortalecimento da integralidade e melhoria contínua da qualidade da atenção em saúde no Sistema Único de Saúde. Em um cenário de constantes transformações e desafios, aprofundar a compreensão sobre o tema é essencial para subsidiar políticas e práticas inovadoras no campo da saúde coletiva.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, conduzida com a finalidade de reunir, avaliar e sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre a Educação Permanente em Saúde como estratégia para qualificação profissional, fortalecimento da integralidade e melhoria contínua da qualidade da atenção em saúde no Sistema Único de Saúde. A escolha dessa abordagem permitiu contemplar estudos com diferentes métodos e delineamentos, favorecendo uma análise ampla e crítica da temática.

A pesquisa foi realizada com buscas em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo periódicos científicos, repositórios acadêmicos e documentos institucionais. O cenário considerado para análise foi o contexto da saúde coletiva no Brasil, com ênfase na Atenção Primária à Saúde e na gestão do SUS.

A população de estudo compreendeu produções científicas publicadas entre 2018 e 2025, englobando artigos originais, revisões, dissertações e teses. Foram definidos como critérios de inclusão: publicações nos idiomas português, inglês ou espanhol; textos disponíveis



na íntegra; estudos que abordassem a EPS em contextos de gestão ou assistência no SUS; e pesquisas que apresentassem resultados, estratégias ou desafios relacionados à sua implementação. Os critérios de exclusão abrangeram materiais duplicados, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos e estudos que não tratassem diretamente do objeto de pesquisa.

O instrumento de coleta de dados consistiu em um formulário estruturado, elaborado para registrar informações sobre autoria, ano de publicação, objetivos, tipo de estudo, cenário, principais resultados e conclusões. As variáveis analisadas incluíram: conceituação e fundamentos da EPS; métodos e estratégias de implementação; impactos sobre a qualificação profissional; contribuições para a integralidade do cuidado; e barreiras encontradas para a consolidação dessa política.

O processo de coleta foi realizado em etapas, iniciando-se pela leitura dos títulos e resumos, seguida da análise integral dos textos elegíveis. A seleção foi feita de forma criteriosa, assegurando a inclusão apenas de estudos que atendessem aos critérios previamente estabelecidos. Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem descritiva e interpretativa, com organização das informações em categorias temáticas alinhadas aos objetivos do estudo. Essa estratégia permitiu identificar convergências, divergências e lacunas no conhecimento, além de apontar implicações práticas para a gestão e assistência em saúde.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, sem a participação direta de seres humanos ou animais, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, não sendo aplicável a apresentação de CAAE ou parecer ético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos evidenciou que a Educação Permanente em Saúde (EPS) se consolida como uma ferramenta estratégica para a qualificação profissional no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo processos contínuos de aprendizagem no ambiente de trabalho. Os resultados indicam que a EPS favorece a reflexão crítica sobre a prática e fortalece competências técnicas e humanísticas, essenciais para o atendimento integral. Tal abordagem, baseada em metodologias ativas e problematizadoras, permite a construção coletiva de saberes, potencializando a efetividade das ações de saúde e aproximando teoria e prática no contexto real dos serviços (Fonseca *et al.*, 2023).



Constatou-se que a implementação da EPS contribui para a integração das equipes multiprofissionais, favorecendo a comunicação, a corresponsabilidade e o alinhamento de condutas clínicas e administrativas. A literatura aponta que essas ações impactam diretamente a integralidade do cuidado, fortalecendo o trabalho em rede e a articulação entre os diferentes níveis de atenção. Além disso, a prática de capacitações regulares, vinculadas às necessidades locais, amplia a resolutividade dos serviços, reduzindo encaminhamentos desnecessários e melhorando o acesso da população (Dantas *et al.*, 2021).

Outro achado relevante refere-se ao papel da EPS no fortalecimento da gestão participativa. Observou-se que, ao promover espaços de escuta e diálogo, a estratégia favorece o envolvimento dos profissionais nas decisões institucionais, gerando maior comprometimento e motivação. Essa abordagem participativa contribui para identificar lacunas nos processos de trabalho e desenvolver soluções contextualizadas, reforçando a autonomia das equipes e a capacidade de resposta diante de desafios emergentes na saúde pública (Sampaio *et al.*, 2024).

No campo da integralidade, os estudos revelam que a EPS favorece a visão ampliada do cuidado, integrando dimensões biológicas, psicológicas e sociais na prática assistencial. Profissionais capacitados sob essa perspectiva tendem a adotar condutas mais abrangentes, com foco na prevenção e na promoção da saúde, sem negligenciar aspectos curativos. Essa mudança de paradigma promove maior satisfação dos usuários, que percebem o cuidado como mais humanizado e resolutivo (Ramos; Quiulo; Andrade, 2018).

Os resultados também mostram que a EPS atua como vetor de inovação, estimulando a adoção de tecnologias leves e duras que aprimoram o cuidado e a gestão. Capacitações voltadas para o uso racional de recursos, informatização de processos e incorporação de ferramentas digitais têm potencializado a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Essa modernização, aliada ao desenvolvimento de competências técnicas, contribui para a sustentabilidade do sistema e para o cumprimento das diretrizes do SUS (Pralon; Garcia; Iglesias, 2021).

Identificou-se que as ações de EPS demandam planejamento estratégico alinhado às políticas públicas, de modo a garantir coerência com as diretrizes nacionais e atender às especificidades regionais. A ausência de planejamento adequado compromete a efetividade das capacitações e pode gerar dispersão de recursos. Nesse sentido, a articulação entre gestores,



profissionais e instituições formadoras é fundamental para a consolidação de programas robustos e contínuos (Silva *et al.*, 2021).

A discussão dos achados reforça que a EPS, quando bem estruturada, contribui para a melhoria contínua da qualidade da atenção. Processos formativos que utilizam avaliação constante e indicadores de desempenho permitem monitorar o impacto das capacitações e promover ajustes necessários. Essa abordagem baseada em evidências assegura que as intervenções sejam responsivas às mudanças epidemiológicas, tecnológicas e sociais que influenciam o SUS (Melo *et al.*, 2025).

Outro ponto evidenciado foi a relevância da EPS para a retenção e valorização de profissionais no sistema público. A possibilidade de atualização constante e o reconhecimento do saber construído no cotidiano reforçam o vínculo dos trabalhadores com as instituições. Esse fator contribui para a redução da rotatividade e para a consolidação de equipes mais experientes e coesas, elementos essenciais para a continuidade e qualidade do cuidado (Sampaio *et al.*, 2024).

Os estudos analisados também apontam desafios, como a resistência de alguns profissionais à participação em processos formativos, especialmente quando percebem a capacitação como uma imposição e não como parte do desenvolvimento pessoal e coletivo. Estratégias de sensibilização e valorização das experiências individuais podem mitigar esses obstáculos, promovendo maior engajamento e apropriação das propostas de mudança (Fonseca *et al.*, 2023).

A EPS mostrou-se ainda fundamental para o fortalecimento da equidade no SUS, uma vez que capacitações direcionadas à realidade local possibilitam atender de forma mais justa e adequada diferentes grupos populacionais. A valorização da diversidade cultural, social e epidemiológica nos processos formativos contribui para a redução de iniquidades em saúde e para a efetivação do princípio da universalidade (Ramos; Quiulo; Andrade, 2018).

Além disso, a articulação da EPS com a educação interprofissional foi destacada como estratégia potente para o fortalecimento do trabalho colaborativo. Ao promover a aprendizagem conjunta entre diferentes categorias, fomenta-se o respeito mútuo, a compreensão dos papéis e a integração de saberes, resultando em práticas mais resolutivas e centradas no usuário (Donaduzzi *et al.*, 2021).



Os resultados indicam que experiências exitosas de EPS compartilham características como gestão democrática, alinhamento com as necessidades reais do serviço e incorporação de metodologias participativas. Esses elementos tornam o processo formativo mais dinâmico e significativo, impactando diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na satisfação dos usuários (Dantas *et al.*, 2021).

Contudo, persistem barreiras estruturais, como limitações orçamentárias e sobrecarga de trabalho, que dificultam a participação regular dos profissionais em ações formativas. A superação desses desafios requer políticas institucionais que garantam recursos financeiros, tempo protegido para estudo e incentivos para a qualificação, reconhecendo a EPS como investimento estratégico (Pralon; Garcia; Iglesias, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão permitiram responder à questão de pesquisa, evidenciando que a Educação Permanente em Saúde é um instrumento estratégico para qualificação profissional, fortalecimento da integralidade e melhoria contínua da qualidade da atenção no SUS. Ao promover processos formativos contínuos, articulados às necessidades reais dos serviços e das comunidades, a EPS potencializa a eficiência, a resolutividade e a humanização do cuidado, reforçando os princípios e diretrizes do sistema de saúde brasileiro. A integração entre teoria e prática, aliada à gestão participativa e ao uso de metodologias ativas, mostrou-se determinante para consolidar mudanças sustentáveis nas práticas assistenciais e de gestão.

As contribuições deste estudo estendem-se tanto para a academia, ao ampliar o corpo de conhecimentos sobre estratégias formativas em saúde, quanto para a sociedade, ao indicar caminhos para a melhoria dos serviços prestados e para a valorização dos profissionais. Reconhece-se, contudo, como limitação, a dependência de produções científicas disponíveis nas bases consultadas e a possível ausência de estudos relevantes não indexados. Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem análises sobre o impacto quantitativo e qualitativo da EPS nos indicadores de saúde, bem como investiguem experiências inovadoras em diferentes contextos regionais, visando ao fortalecimento contínuo do SUS.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 16 fev. 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0198_13_02_2004.html.

DONADUZZI, Daiany Saldanha da Silveira *et al.* Permanent health education as a device for the transformation of health practices in basic care. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e14610514648, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14648>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14648>.

DANTAS, Renata Roberta Silva *et al.* Desafios da educação permanente na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 11, n. 65, p. 6324-6333, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i65p6324-6333>.

FERREIRA, Lorena *et al.* Educação permanente em saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 223-239, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017>.

FONSECA, Emanuel Nildivan Rodrigues da *et al.* Educação permanente em saúde: desafios e potencialidades para o processo de trabalho. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 23, n. 7, p. e13480, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e13480.2023>.

LOPES, Jefison da Silva *et al.* Educação permanente na atenção primária: reflexões e perspectivas na promoção do cuidado em saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, n. 6, p. 1-7, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e20786.2025>.

LEITE, Aline Silva; MACEDO, Isabelly Silva Venâncio; MELO, Lair Bianchi de. Educação permanente: fragilidades na sua execução no SUS. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, v. 9, n. 2, 2024.

MENDES, Giovanna Nascimento *et al.* Educação continuada e permanente na atenção primária de saúde: uma necessidade multiprofissional. **Cenas Educacionais**, v. 4, n. e12113, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/12113>.

MARIANA, Jaqueline *et al.* Educação permanente em saúde na Estratégia Saúde da Família. **Revista Inova Saúde**, v. 15, n. 2, [s.p.], 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasaude/article/view/2491>.

MELO, Dilene Fontinele Catunda *et al.* Educação permanente em saúde na atenção primária à saúde: um desafio para a construção de práticas efetivas e sustentáveis. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 35098-35126, 2025. DOI: 10.56238/arev7n6-347. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6264>.

PRALON, Johnatan Antonioli; GARCIA, Daniella Caldas; IGLESIAS, Alexandra. Educação permanente em saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e355101422015, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22015>.

RAMOS, Weslaine Thalita Silva; QUIULO, Larissa Dantas; ANDRADE, Luciana Dantas Farias de. A educação permanente no âmbito da atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35-45, 2018. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/556>.

SILVA, Andresa Lira; SANTOS, Juliana Siqueira. A potencialidade da educação permanente em saúde na gestão da atenção básica em saúde. **Saúde em Redes**, v. 7, n. 2, p. 11-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-48132021v7n2.3135g649>.

SANTOS, Ezilaine Albino Monteiro Santos Monteiro; CAVALCANTE, Jacqueline Rodrigues do Carmo; AMARAL, Mônica Santos. Contribuições da educação permanente na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa: uma revisão integrativa. **Itinerarius Reflectionis, Jataí-GO.**, v. 15, n. 3, p. 01-16, 2019. DOI: 10.5216/rir.v15i3.57578. Disponível em: <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/57578>.

SAMPAIO, Marcele José de Andrade *et al.* Educação permanente em saúde na compreensão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família na Bahia. **Journal Health NPEPS**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e12824, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.30681/2526101012824>.